

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.749 - MS (2019/0247996-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S/A
ADVOGADOS : ANA KARINA DE OLIVEIRA E SILVA E OUTRO(S) - MS010733
RICKSON ALEXANDRE PEREIRA DE ARAUJO E OUTRO(S) - MS015320
AGRAVANTE : KEZIA DE OLIVEIRA SILVA
AGRAVANTE : BEATRIZ DE OLIVEIRA SILVA
AGRAVANTE : ANTONIO NASCIMENTO DA SILVA
AGRAVANTE : FATIMA DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO : ANDRIW GONÇALVES QUADRA - MS017592
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de dois agravos interpostos por EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S/A e KEZIA DE OLIVEIRA SILVA e OUTROS, contra decisão que inadmitiu recursos especiais com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Cumprido o despacho de fl. 471, prossigo na análise dos autos.

Mediante análise do recurso de EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S/A, a parte recorrente foi intimada da decisão agravada em 18/06/2019, sendo o agravo somente interposto em 12/07/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o

que impossibilita a regularização posterior.

Quanto à irresignação de KEZIA DE OLIVEIRA SILVA e OUTROS, verifica-se que a EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S/A interpôs recurso especial (fls. 285/292) que foi inadmitido pela decisão de fls. 338/342.

A parte KEZIA DE OLIVEIRA SILVA e OUTROS interpuseram recurso especial adesivo (fls. 346/370), o qual foi igualmente inadmitido (fls. 428/431). Contra essa decisão interpôs o presente agravo.

Ocorre, porém, que "o recurso adesivo está subordinado ao recurso principal, assim, negado seguimento ao recurso especial principal, decisão da qual não se recorreu, inadmissível a pretensão de se determinar o prosseguimento do recurso especial adesivo independentemente do recurso especial principal" (AgRg no Ag 1367835/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/04/2011, DJe 18/04/2011).

Assim, como o recurso principal não foi conhecido, o adesivo deve ser igualmente não conhecido. A jurisprudência deste Tribunal Superior é pacífica no sentido de que o recurso adesivo, por sua natureza, segue a sorte do principal. Não conhecido o recurso principal, não prospera o adesivo.

Nesse sentido: AgRg no Ag 1212061/RJ, 6ª Turma, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 03/02/2014; AgRg no Ag 1.164.318/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 25/6/2012.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço dos recursos.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente